



Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

Local: Auditório da CAAPSMEI.

Data: 07 de março de 2013.

Horário: 14h 00min

1 Aos três dias do mês de março e dois mil e treze, no auditório da CAAPSML – Caixa de
2 Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Londrina, realizou-se a Reunião Ordinária
3 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Estiveram presentes os
4 seguintes conselheiros do CMDCA: **Conselheiros Titulares:** Gisele Dobis Toreto, Simone Leal
5 Peres, Cristiana Maria Bastos Vezozzo, Antonio Irineu Barrinuevo, Sérgio de Souza Barbosa,
6 Tércia Lamônica de Azevedo Oliveira, César Braga de Paula, Kamila Fernanda de Lima e Silva,
7 Solange Cristina Batagliana, Alexandra Alves José, Diva Lúcia da Cruz Ferreira. **Conselheiros**
8 **Suplentes:** Nanci Skau Kemmer de Moraes, Lílian Mara Consolin Poli de Castro, Alexandre
9 Sanches de Oliveira, Miriam Pastor, Josiani Severino dos Santos Nogueira, Jéferson Aparício
10 Feliciano, Karen Aoki Romero, Janaína Lopes de Melo. **Ausências Justificadas:** Patrícia
11 Grassano Pedalino, Kátia Maços Gomes, Milton Velei. **Registraram presença:** Denise Maria Fank
12 de Almeida (Assessora Técnica CMDCA), Talita Soares Lopes Fenato (FEI – Vara da Infância),
13 Helayne Cristine Santana Diniz (ViraVida – SESI), Daiane Adamo (Guarda Mirim), Sandra Coelho
14 (CREAS II), Flávia Carvalhaes (CREAS II), Mara Maricato (Secretaria de Planejamento), Maria
15 Andréa dos Anjos (Casa Acolhedora), Ludminla Dimitravicht de Medeiros (SME- Gerência de
16 Educação Infantil), Alisson Fernando Moreira Poças (Conselho Tutelar Norte), Sérgio (AME), Nadia
17 (CAPS-i). Após verificação do quórum, a reunião foi presidida pelo presidente Padre Cesar Braga
18 com os seguintes pontos de pauta: **1. Apreciação da Pauta; 2. Apreciação da Ata de 21/02/2013;**
19 **3. Relato das Comissões; 4. Relato dos Conselhos Tutelares; 5. Discussão sobre**
20 **Resolução sobre critérios de metas e atividades do FMDCA; 6. Comissão para Eleições de**
21 **Representantes da Sociedade Civil no CMDCA; 7. Discussão sobre reincidência de**
22 **adolescentes no ato infracional após passagem por programas de medidas**
23 **socioeducativas; 8) Informes. 1)** A pauta da reunião foi aprovada com as seguintes alterações: o
24 item 07 foi passado como primeiro ponto e a troca do termo “menor” para adolescente, os demais
25 itens se mantiveram na ordem **2) Apreciação da Ata de 21/02/2013:** aprovada após alterações. **3)**
26 **Discussão sobre reincidência de adolescentes no ato infracional após passagem por**
27 **programas de medidas socioeducativas:** Na ausência de Patrícia Pedalino que havia solicitado o
28 ponto de pauta, Sérgio, psicólogo da AME, inicia relatando sobre casos de crianças e adolescentes
29 que já passaram por atendimentos em diversos serviços da rede e continuam em situação de risco.
30 Nadia, psicóloga do CAPS Infantil relata sobre um caso específico referindo-se ao adolescente
31 Felix Daniel Costa da Boa Morte, no qual já foram realizados vários encaminhamentos ao
32 adolescente, porém não se visualiza uma transformação real na vida desta família. Sérgio discorre
33 sobre as dificuldades de atendimento desses casos, de crianças e adolescentes que se colocam
34 em risco e não aderem a nenhum tipo de serviço. Nádia fala sobre o histórico do adolescente no

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

35 CAPS-i: atendido desde 2010, diagnosticado transtorno de conduta, muitas reincidências e
36 situação de risco. Hoje está medicado, mas não consegue se conter. Nos atendimentos, o
37 adolescente e a mãe brigavam na recepção da Instituição. Mais tarde, passaram a atender na
38 AME, porém, o adolescente não pode mais comparecer, pois está ameaçado de morte. Afirmam
39 que a família e a rede de serviços consideram que no Cense ele está “protegido”. Porém, que na
40 referida instituição haveria sofrido “abusos” por parte dos educadores. Gisele Dobis Toreto
41 intervém, e questiona que a situação citada não pode ser tratada desta forma, sem ter certeza do
42 que realmente aconteceu, pois é grave. Nanci Skau Kemmer de Moraes coloca que é necessário
43 esforço de todos os serviços/secretarias que se trata de um caso de alta vulnerabilidade. Sérgio
44 explicou que estão havendo lacunas na rede de serviços, que este adolescente está há anos
45 nessa situação. Sérgio de Souza Barbaso acredita ser relevante o olhar para as crianças e
46 adolescentes “escondidas” e concorda com a fala da Nanci Skau Kemmer de Moraes para dar uma
47 verificada no atendimento desse público em Londrina, que com certeza há mais casos, e se
48 posicionar enquanto Conselho perante o Município, focado na Política Pública. Gisele Donis Toreto
49 reforça a fala de que este não é um caso isolado, existem muitos que estão “soltos” na rede de
50 atendimento. Lilian Mara Consolin Poli de Castro sugere que fosse criada uma rede especializada
51 para atender esses casos específicos de múltiplas demandas. Sandra Coelho reforça que Londrina
52 já avançou nessa questão da articulação da Rede de Atendimento, que são casos de violação de
53 Direito há anos, e ressalta que alguns encaminhamentos que faziam se perderam e têm que ser
54 retomados. Sugere que é questão de Política Pública o atendimento desses casos específicos,
55 pois já fomos exemplo em anos atrás. Nádia diz que as práticas têm que ser condizentes com a
56 realidade. Gisele Dobis Toreto ressalta que já há um grupo que já vem discutindo esse tema, o
57 NAIA, que é composto por representantes dos diversos setores (CREAS II, OAB, Censes,
58 Secretaria de Educação, Ministério Público, organizações do setor privado) e já possui uma
59 organização, e que o CMDCA não enviou representante. Sendo assim, sugere que a discussão
60 desses casos específicos envolvendo Ato Infracionais e situação de risco sejam levadas a esse
61 grupo, para otimizar os trabalhos e evitar a sobreposição de ações. Alexandra Alves José
62 parabeniza a iniciativa da AME em trazer o caso ao CMDCA, e relembra que há a comissão
63 permanente, específica e obrigatória do CMDCA, que é a “Comissão Permanente de
64 Acompanhamento da Política de Atenção ao Adolescente envolvido em Ato Infracional”, e que as
65 reuniões desta comissão não estão acontecendo. Alisson Fernando Moreira Possas, conselheiro
66 tutelar, enfatiza três preocupações em relação ao tema: primeiro que o assunto violência
67 policial/institucional que existe nas periferias da cidade não é tratado amplamente; segundo que o
68 CMDCA poderia acionar o CEDCA em relação ao PPCAM que não está atendendo e terceiro que é
69 necessário potencializar o que já existe, e gerar algumas diretrizes de atendimento. Josiane
70 Severino dos Santos Nogueira sugere que esta pauta deveria ser tratada na referida comissão
71 específica e, daí sim, trazer as questões/sugestões/encaminhamentos para a plenária.

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

72 Encaminhamento da Plenária: pautar na próxima reunião do CMDCA, para que os membros da
73 “Comissão Permanente de Acompanhamento da Política de Atenção ao Adolescente envolvido em
74 Ato Infracional” compareçam e definam a agenda das reuniões do ano de 2013. Helayne Cristine
75 Santana Diniz, Assistente Social do Vira Vida, sugere que a discussão seja ampliada. Sandra
76 Coelho refere que dentro do NAIA há a Comissão de Direitos Humanos e que já foi estabelecido
77 um fluxo formal de denúncia de violência policial ao Ministério Público. Que há quatro profissionais
78 de direito da comissão da OAB acompanhando os casos. Complementa ainda que há a demanda
79 da educação desses adolescentes, que vem sendo discutida dentro do NAIA, e há uma lacuna que
80 precisa ser pensada, que não se conseguir inserir esse adolescente nem no EJA, que é voltado
81 para adultos, em no regular por conta da defasagem idade-série. Retomando o assunto referente
82 ao PPCAM, Alexandra Alves José informa que está ocorrendo uma discussão no CEDCA sobre a
83 garantia do repasse do recurso, mas há problemas, está sendo analisada a possibilidade de outra
84 instituição realizar o serviço. **4) Relato das Comissões:** Tércia Lamônica de Azevedo Oliveira
85 informa que a assistente social Gisele Tavares fará o assessoramento técnico da Comissão de
86 Fundo. Alexandra Alves José considera sobre a sua permanência na Comissão de
87 Acompanhamento do Conselho tutelar, que tem dificuldades em conciliar os horários com as
88 reuniões do CEDCA. **5) Relato dos Conselhos Tutelares:** : Alisson Fernando Moreira Poças
89 informa que foi realizado um convênio com o CEDCA/Uel que possibilitará um curso de
90 capacitação para os conselheiros tutelares e de direitos, e a aula inaugural será dia 14/03/2013. Há
91 quatro vagas para o curso inicial para o CMDCA e posteriormente quatro vagas para o avançado.
92 Sérgio de Souza Barbaso e Simone Leal Perez são os conselheiros não governamentais indicados
93 a fazerem o curso e Kamila Fernanda Lima e Silva e Nanci Skau Kemmer de Moraes os
94 conselheiros governamentais. Regina Maria Iwamoto e Leoni Alves Garcia são os conselheiros
95 tutelares que participarão do módulo inicial e Alisson Fernando Moreira Poças, Marina de Andrade
96 Bárbara e Fernanda Tássia Nascimento Oliveira do módulo avançado. Alisson Fernando Moreira
97 Poças informa que uma comissão está sendo montado o fluxo de atendimento entre: Conselho
98 Tutelar, Creas I e Creas III, que é um grande avanço para o Município, e se o Poder Judiciário
99 puder participar será importante. Dia 01 de abril essa comissão se reunirá com os 15 conselheiros
100 tutelares para dar continuidade a construção do fluxo. Enfermeira Lílian Mara Consolin Poli de
101 Castro informa que gostaria de participar, tendo em vista que a Secretaria de Saúde também está
102 elaborando o fluxo de atendimento de vítimas de violência, para assim alinhar as informações.
103 Alisson Fernando Moreira Poças informa ainda que os conselheiros tutelares participaram da
104 capacitação do Cescer em Família, promovido pela SEDS, e que há houve a exposição da
105 experiência do Município de Cascavel e pretendem trocar experiências com eles. Que dia
106 20/03/2013 ficou marcada uma reunião para proposta de alteração da Lei Municipal dos Conselhos
107 Tutelares como um todo. Afirma ainda que se comprometem a apresentar mensalmente os dados
108 de atendimento do conselho tutelar., que na primeira reunião de abril já ocorrerá a apresentação.

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

109 Alexandra Alves José questiona sobre o senso SGD que precisa ser preenchido até 30/03/2013.
110 Entretanto, ainda não está disponível o programa para preenchimento, a SEDS deveria disponibilizar,
111 mas ainda não o fez. Antonio Irineu Barrinuevo questiona a capacitação dos conselheiros em final
112 de gestão. Denise Maria Fank de Almeida ressalta que a ideia é que as capacitações sejam
113 continuadas daqui em diante, conforme a entrada e saída das gestões. Lílian Mara Consolin Poli
114 de Castro informa que o Ministério da Saúde está cobrando a alimentação do sistema em relação
115 às notificações de violência e necessita decidir a questão da ficha, já trazia em reuniões anteriores.
116 Tércia Lamonica de Azevedo Oliveira ressalta a importância das reuniões da Comissão de
117 Enfrentamento à Violência (SEMAR), que ocorrerá em 10/03/2013 às 08h30. **6) Discussão sobre**
118 **Resolução sobre critérios de metas e atividades do FMDCA** : Alexandre Sanches de Oliveira
119 informa que precisam ser indicados dois servidores municipais para gerir o FMDCA, que não é
120 necessário que sejam membros do CMDCA. Alexandra Alves José coloca que não há subsídios
121 para esta discussão no momento. Tércia Lamonica de Azevedo Oliveira relata que já conversou
122 com o Secretário de Gestão sobre o processo moroso em relação à liberação do recurso depois do
123 convênio firmado em relação aos recursos do FMDCA. Que há também outras questões a serem
124 tratadas pela Comissão de Fundo. Que Gisele Tavares já ficou com a tarefa de levantar os
125 convênios pendentes/atrasados. Alexandra Alves José refere que CEDCA relata que as
126 Resoluções do CONANDA são meramente orientativas, que devem ser deliberadas pela Plenária
127 do CMDCA. Tércia Lamonica de Azevedo Oliveira solicita que a Comissão de Fundo deverá
128 analisar a Resolução 139 do CONANDA e fazer proposta viável para Londrina e em relação ao
129 fluxo (prazo máximo) para liberação do recurso do FMDCA às entidades. Kátia Pires BEsplahok,
130 secretária Administrativa do CMDCA, informa que Londrina não está na lista pra receber doações
131 para FMDCA, pois perdeu o prazo de cadastramento no sistema. Tércia Lamonica de Azevedo
132 Oliveira sugere analisar os prós e contras da realização de eleição dos membros do CMDCA fora
133 da Conferência, pois as duas coisas ficaram enfraquecidas. Denise Maria de Almeida Fank
134 questiona se existe tempo hábil para alterar a lei Municipal para que aconteçam junto, visto que é
135 uma determinação legal. Enfatiza ainda que é um ano muito especial para o CMDCA: Plano
136 Decenal, Diagnóstico da Conferência, PPA. Alexandra Alves José ressalta que como não há tempo
137 hábil para mudança na lei do processo eleitoral, a sugestão é de mobilização, publicização do
138 processo eleitoral junto com a Comissão de Divulgação. Denise Maria de Almeida Fank relata que
139 irá estudar a lei, e realizar um levantamento de quem pode ou não pode participar novamente
140 (entidades) e dar início ao processo eleitoral. **7) Comissão para Eleições de Representantes da**
141 **Sociedade Civil no CMDCA** – Não houve a indicação. Porém foi indicada a psicóloga Laura
142 Ferreira Lago (Nuselon) como membro da Comissão de Acolhimento Institucional. Também foi
143 solicitado a indicação de um membro do CMDCA para a Comissão dos Telecentros, mas não
144 houve, ficou com pauta da próxima reunião. **8) Informes:** resposta do IPULL em relação à
145 construção das novas sedes dos Conselhos Tutelares. Padre Cesar reforça novamente a



Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

146 participação da Secretaria de Educação na próxima reunião. Pretende se realizar um estudo em
147 relação a quanto se gastaria com uma CEI e uma CMEI. Era para a mesma ter vindo hoje, mas
148 não foi possível devido a outra reunião. Talita Soares Lopes Fenato relata sobre a falta de material
149 escolar na Rede Municipal. Alexandra Alves José relata sobre a transição da qualificação
150 profissional para a Secretaria do Trabalho, entretanto, dos três convênios, apenas dois foram
151 assinadas e a entidade está há três sem repasse de recursos e não consegue resolver o impasse
152 junto à Administração Municipal. Enfatiza que a Instituição prejudicada atende mais de 2000
153 adolescentes diariamente. Tércia Lamonica de Azevedo Oliveira e Patrícia Grassano Pedalino, que
154 chegou ao final da reunião, agendarão reunião com o Prefeito para solucionar esta questão. Nada
155 mais havendo a ser tratado, deu-se por encerrada a presente reunião e para constar eu, Gisele
156 Dobis Toreto, Primeira Secretária do CMDCA, lavrei a presente ata.